

Galvêas desmente troca de favores

O ministro Ernane Galvêas considerou "uma provocação" a notícia de que o Brasil daria permissão a bancos comerciais norte-americanos para se instalarem no País, em contrapartida a melhores condições de prazo e juros a serem negociados para a rolagem da dívida externa do país.

"Muitos bancos nos procuram — o Morgan, o Bankers Trust, o Manufactures Hanover, o Barclays — manifestando interesse em abrir agências no Brasil porque acham que se trata de um país com grande futuro, navegando numa rota de progresso continuado, e estes bancos querem participar desse trabalho. Não há nenhuma posição definida do governo brasileiro em relação a estas pretensões, nunca este assunto foi colocado na mesa de negociação", afirmou.

Esta sugestão surgiu durante as conversas do Grupo de Trabalho Brasil — Estados Unidos, onde o lado norte-americano manifestou especial interesse em aumentar o número de bancos atuando comercialmente no país. Até o momento, a sugestão não foi bem acatada, com o Presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, e o Presidente da FIESP, Luis Eulálio de Bueno Vidigal Filho, fazendo declarações desfavoráveis sobre esta possibilidade. Eles alegam que já existem muitos bancos estrangeiros com sólida tradição no mercado brasileiro estando o país em falta de mais capitais de risco no setor industrial, isto sim.

Galvêas afirmou que o processo de negociação da dívida do Brasil para 83 e 84 já está bastante adiantado, tendo a proposta do Brasil para ampliar os prazos de carência e pagamento "sido muito bem recebida" pela comunidade banqueira internacional". Segundo ele, a negociação já foi trabalhada em todas as frentes, incluindo instituições financeiras e organizações oficiais dos grandes países industrializados.

Ele negou que os bancos regionais norte-americanos estariam resistindo à participação no projeto. "Isto é outra provocação. Este tipo de notícia no meio das negociações atrapalha e obstrui nosso trabalho. Os bancos europeus estão solidários com os grandes bancos norte-americanos e não vejo problemas por este lado. Galvêas admitiu, porém, que "sempre há uma dificuldade maior com os pequenos bancos regionais, da Europa e dos Estados Unidos, o que não é de hoje, mas, já aprendemos a lidar com este problema".

Segundo o Ministro, "não se pode negociar juros, nem o Brasil nem os bancos. Os juros são os que se aplicam no mercado. O que nós podemos negociar, e estamos fazendo com boas perspectivas de êxito, é a redução do spread (taxa de risco) que se adiciona aos juros". Ele revelou que, em 1984, o Brasil pagará 11 bilhões de dólares de juros, mas, lembrou que este montante inclui todos os investimentos realizados no Brasil nos últimos anos, como nas hidrelétricas.

Sobre o decreto-lei 2045, Galvêas disse que o Presidente Figueiredo não abriu mão do decreto, como sendo a política salarial adequada ao contexto da política econômica global do país.